

# Permanência estudantil nas universidades públicas brasileiras: perfil socioeconômico dos estudantes

Julio Eduardo Ornelas Silva,<sup>1</sup> Cláudio José Amante,<sup>2</sup> Pedro Antônio de Melo,<sup>3</sup> Alexandre Marino Costa<sup>4</sup> y Michelle Bianchini de Melo<sup>5</sup>

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil (CPGA/UFSC). Contacto: julio.eduardo@ufsc.br.

<sup>2</sup> Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da UFSC (PRAE/UFSC). Pesquisador do INPEAU/UFSC, Brasil. Contacto: cjamante@reitoria.ufsc.br.

<sup>3</sup> Diretor do INPEAU/UFSC. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PP-GAU/UFSC), Brasil. Contacto: pedro.inpeau@gmail.com.

<sup>4</sup> Vice-Diretor do Centro Sócio-Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina (CSE/UFSC), Professor Adjunto do Departamento de Ciências da Administração da UFSC, Brasil. Contacto: marino@cse.ufsc.br.

<sup>5</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC (PPGEGC/UFSC), Brasil. Contacto: chelymelo@gmail.com.

## Resumen

As políticas de Estado destinadas às Universidades Públicas Federais acentuaram-se na última década no Brasil, principalmente com o Plano de Reestruturação e Expansão das mesmas (REUNI), criando-se em menos de dez anos, 14 universidades e centenas de campus. O aumento de estudantes nesse cenário é natural, e por consequência, muitos possuem vulnerabilidade socioeconômica, demandando do estado subsídios para se manterem até o término do curso de graduação. O presente artigo tem por objetivo analisar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação presencial das Universidades Públicas Federais brasileiras, a partir do relatório publicado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores da Comunidade Estudantil (FONAPRACE), em 2011.

**PALAVRAS-CHAVE:** alunos, assistência, políticas, universidade, vulnerabilidade.

## Abstract

*State policies aimed at Federal Public Universities widened in the last decade in Brazil, especially with the Plan of Reorganization and Expansion (REUNI) of the same, creating in less than ten years, 14 universities and hundreds of campus. The increase of students in this scenario is natural, and consequently, many have socio-economic vulnerability, demanding state subsidies to stay until the end of the undergraduate course. This article aims to analyze the socio-economic profile of graduate students face the Brazilian Federal Public Universities, from the report published by the National Forum of Deans of Student Community (FONAPRACE) in 2011.*

**KEYWORDS:** students, assistance, policies, university, vulnerability.

## Introdução

As Universidades são organizações transformadoras das sociedades em que se inserem, modificando o ambiente e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico de uma nação. São conhecidas por serem guardiãs do saber, perpetuando e disseminando os conhecimentos gerados, cujos principais atores são os professores e estudantes.

Sendo instituições seculares, sua distribuição pelo mundo é contrastante, tendo se instalado nos atuais países em desenvolvimento apenas nos dois últimos séculos, e se consolidado, apenas nas últimas décadas. Em países desenvolvidos, as instituições mais antigas encontram-se principalmente nos países europeus, e também nos Estados Unidos. A criação de universidades nos países em desenvolvimento está atrelada à sua colonização, predominantemente do tipo de exploração, e cuja função era atender aos objetivos das colônias e formar as elites locais.

Nos países em desenvolvimento, como os integrantes da América Latina, as Universidades são muito dependentes das políticas de Estado, em especial no tocante ao financiamento, e dessa forma, é necessário sensibilidade dos políticos para ações públicas na área. No Brasil, políticas impactantes destinadas às Universidades Públicas tornaram-se políticas de Estado apenas na última década, com a reestruturação e expansão das mesmas, tendo sido criada 14 instituições em menos de dez anos.

O aumento de estudantes nesse cenário é natural, e por conseqüência, parcelas significativas possuem vulnerabilidade socioeconômica, demandando do Estado subsídios para se manterem até o término do curso de graduação. No mesmo contexto da consolidação das políticas de Estados para as Universidades Públicas Federais, ações de assistência estudantil começam a ser implementadas, sendo reforçada por um decreto presidencial publicado em 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

É nesse contexto que o presente artigo se insere, tendo por objetivo analisar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação presencial das Universidades Públicas Federais brasileiras, e assim, subsidiar os gestores públicos e políticos para tomada de decisões desejáveis para a área, além de

contribuir para a comunidade científica com dados sobre políticas estudantis.

## Universidades e o contexto brasileiro

As universidades de Bolonha, Santo Domingo, Córdoba, Oxford e Paris foram as primeiras da história, completando respectivamente 700, 686, 372, 297 e 274 anos em 2004, segundo Morhy (2004). As universidades originaram-se na Europa, sendo a de Bolonha e Salerno, na Itália, as mais antigas. Essas instituições reuniam sábios e discípulos que se dedicavam ao culto do saber universal e a discussões de novas e antigas formas de conhecimento.

Drèze e Debelle (1983) explicam que os homens da Idade Média inseriram um princípio na consciência do mundo ocidental de que a conservação e a perpetuação dos conhecimentos teóricos mereciam ser confiadas a uma instituição especial, que hoje denomina-se universidade. Ao contrário do pensamento comum, mais que exemplo de progresso, as universidades são heranças da ênfase à conservação e à transmissão dos conhecimentos.

Sendo uma associação de sábios e estudantes, que se administra e se perpetua, Drèze e Debelle (1983) entendem que as universidades devem abranger a totalidade dos conhecimentos que não dizem respeito à simples habilidade manual, mas que constituem o saber isotérico necessário à vida social como ao desenvolvimento mais elevado da pessoa humana. Universalismo do saber foi a cultura que originalmente permeava a universidade, pois, conforme Melo (2002), os homens da Idade Média ansiavam a integração da cultura ocidental.

Existia àquela época uma dualidade, pois, como afirmam Drèze e Debelle (1983), «é evidente que a Universidade está, há vários anos, submetida a reais tensões: é a conseqüência inelutável de uma evolução rápida, mas com condições de trabalho de uma instituição muitas vezes lenta em adaptar-se» (p. 33).

Obter uma definição consensual de universidade é um desafio, e muitos autores apontam para características. Trigueiro (1999), por exemplo, explica que:

uma estrutura institucional, como a universitária, compreende uma coletividade –na qual se inserem

docentes-cientistas, discentes e técnico-administrativos– com uma fronteira relativamente identificável, uma ordem normativa, escalas de autoridade e sistemas de comunicações, e se engaja em atividades que estão relacionadas com um conjunto de objetivos bem definidos. (p. 31)

O ensino superior brasileiro iniciou com a chegada da família real portuguesa no Brasil, no início do século XIX, com o propósito de fornecer profissionais para atuarem na corte. De acordo com Martins (2003), com o fim do império, havia apenas seis escolas superiores, sendo que em 1900 somavam 24. Após três décadas o Brasil já contava com uma centena de instituições. Morhy (2004) complementa que, essas 24 instituições existente até 1900, representaram um atraso em relação a outras nações. A primeira iniciativa ocorreu em 1592 com a Universidade do Brasil, instalada na Bahia pelos jesuítas, mas que não houve aprovação pelo Papa e pelo Rei de Portugal.

Após quatro séculos do descobrimento do Brasil é que foi criada a Universidade do Paraná, em 1912, mas que, logo em seguida, em 1915, foi desautorizada de funcionar, de acordo com Morhy (2004). O mesmo ato da desautorização exigia, também, que a criação de instituições de ensino superior só poderiam ocorrer em cidades com mais de 100.000 habitantes. Situação semelhante ocorreu em Manaus, onde em 1909 começou a funcionar a Escola Livre de Manaus, e em 1913 passou a se chamar Universidade de Manaus.

Foi apenas em 1920 que legalmente surgiu a primeira Universidade, situada na cidade do Rio de Janeiro, decorrente da fusão da Escola Politécnica com a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito, sendo chamada de Universidade do Rio de Janeiro. Nesse contexto, no Brasil, já existiam algumas instituições isoladas de educação superior, que normalmente seguiam o modelo das instituições francesas. Morhy (2004) cita que posteriormente surgiram outras Universidades, mescla dessas instituições isoladas, como Universidade do Distrito Federal, em 1935 e as Universidades Federais de Minas Gerais, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul, nos anos 40. Em 1950 haviam aproximadamente 10 universidades em funciona-

mento no país, e já no início dos anos 60 somavam aproximadamente 20 instituições.

As universidades brasileiras tiveram dois momentos principais em sua história, conforme explicações de Oliveira, Dourado e Amaral (2006).

Assim, as funções perenes das universidades, até a década de 1960, seriam: transmissão da cultura; ensino de profissões; investigação científica e educação dos novos homens de ciência. A partir do final da década de 60, os três fins principais da universidade passaram a ser a investigação, o ensino e a prestação de serviços. (p. 9)

A partir de 1988, com a última Constituição brasileira promulgada, define-se universidades como uma instituição que apresenta a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988), e no decorrer de dois décadas, diversas políticas públicas foram instituídas para as universidades estatais, em específico as universidades públicas federais brasileiras.

### Atualidade das Universidades Federais brasileiras e o perfil estudantil

Existem atualmente 59 universidades públicas federais, distribuídas em todos os estados, como pode ser observado no mapa da ilustração 1. Entre 2003 a 2010 foram criadas 14 novas instituições, além de centenas de campi (REUNI, 2011). Em agosto de 2011, a chefe do Poder Executivo Federal propôs a criação de mais quatro universidades, elevando para um futuro próximo o total de 63 instituições desse porte, além de centenas de novos campi.

A criação dessas universidades faz parte de um programa do governo federal denominado Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Nesse plano, além da criação de novas instituições, ocorreu também a expansão das já existentes, sendo que muitas dobraram as vagas em cursos de graduação (REUNI, 2011). Parcelas das vagas dos cursos de graduação, em algumas universidades, foram direcionadas para setores da sociedade historicamente desfavorecidas, criando-se assim cotas de vagas nos proces-

sos seletivos para negros, indígenas e estudantes que até então estudavam em escolas públicas.

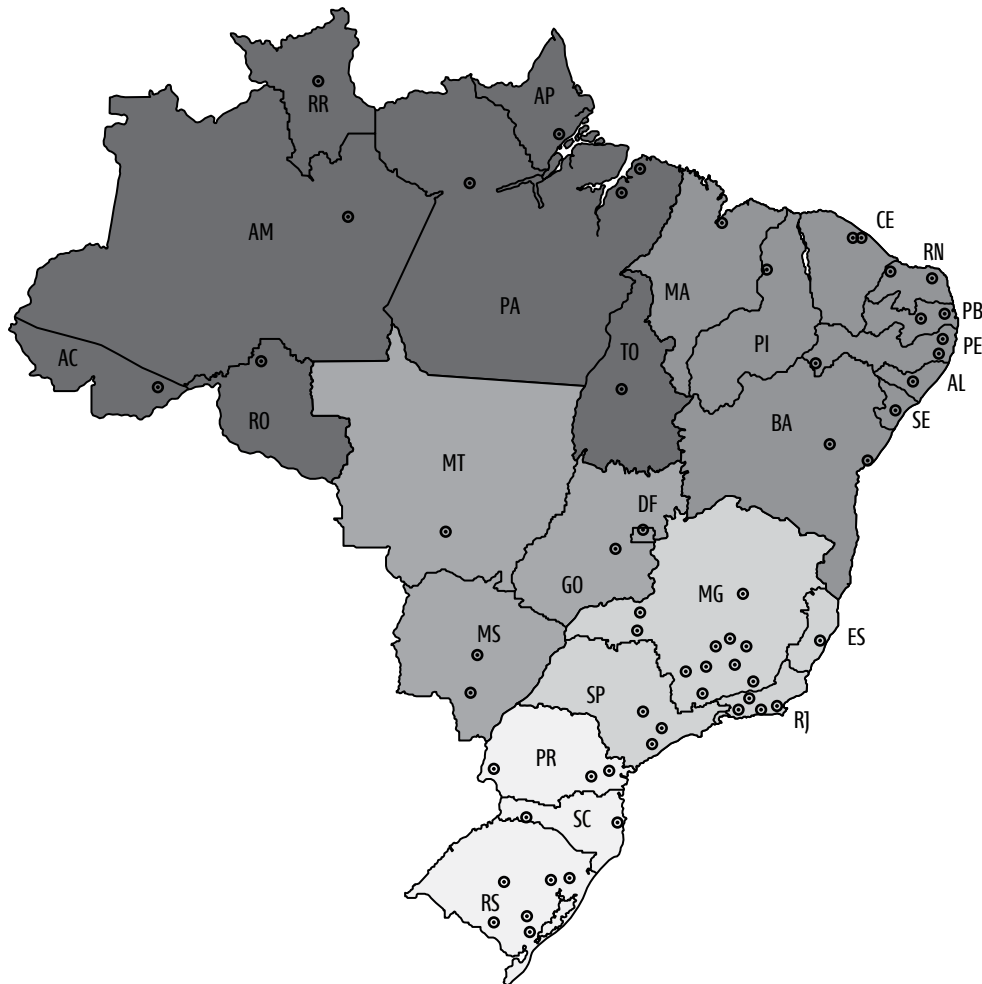
Como conseqüências dessas ações, houve uma crescente demanda por assistência estudantil, que visa a permanência de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica nas universidades, até o término do curso. Nesse sentido, após esforço conjunto de algumas entidades e das próprias universidades, foi aprovado um decreto federal em julho de 2010, que trata do Programa Nacional de Assistência Estudantil, (PNAES, 2010). Vasconcelos (2010) reforça essa idéia ao afirmar que esse programa provê:

os recursos necessários aos estudantes de baixa condição socioeconômica, a fim de que os mesmos pos-

sam desenvolver plenamente sua graduação e obterem um bom desempenho curricular, minimizando com isso o percentual de abandono, trancamento de matrículas e evasão nos cursos de graduação. (p. 599)

A autora complementa ainda que, a promulgação do programa representou um marco histórico e fundamental para a questão da assistência estudantil, fruto de esforços de dirigentes universitários, docentes e discentes. Representa, segundo Vasconcelos (2010), «a consolidação [...] de um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público» (p. 608).

Dentre as ações do PNAES, estão assistências aos estudantes nas áreas de moradia estudantil,



**Ilustração 1.** Distribuição das universidades públicas federais no Brasil.

Fonte: REUNI (2011).

alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (PNAES, 2010).

### Perfil socioeconômico dos estudantes das universidades federais brasileiras

Na seqüência, este artigo apresenta a realidade socioeconômica dos estudantes de graduação presencial das universidades públicas federais brasileiras, no sentido de socializar à comunidade acadêmica e científica esse perfil estudantil, que direta ou indiretamente necessitam de ações advindas do PNAES. Contribui também para subsidiar profissionais universitários e políticos que tratem da área da educação, da importância e da necessidade de investimentos contínuos em políticas de assistência estudantil.

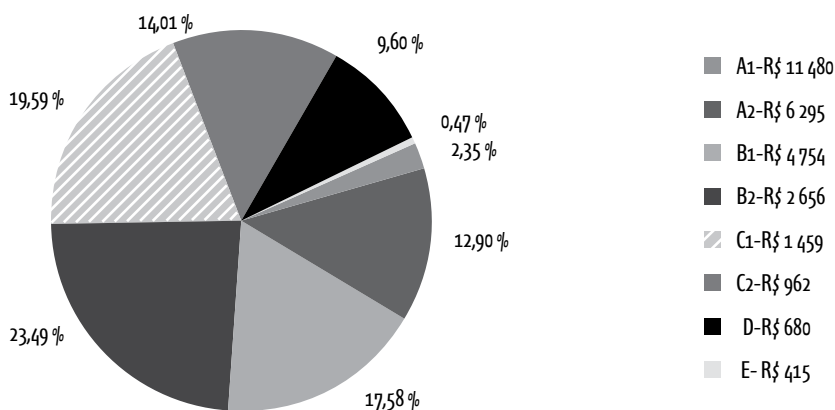
Os dados foram levantados a partir de uma pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, FONAPRACE, finalizada em 2011, e com dados referentes ao segundo semestre de 2009. O diagnóstico foi solicitado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANDIFES, tendo por objetivo mapear a vida social, econômica e cultural dos estudantes de graduação presencial nas Instituições Federais de Ensino Superior, IFES.

As universidades federais públicas brasileiras, com dados à época da pesquisa, possuíam 3 262 cursos de graduação, contemplando 656 167 estudantes. A faixa econômica que esses estudantes pertencem são evidenciados no gráfico 1.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa, ABEP, que estabelece critérios de classificação econômica pela renda bruta familiar, as classes E, D e C são de baixa renda, enquanto que a classe B é considerada classe média e a classe A é considerada classe alta, inclusive suas variantes (A1 e A2). Com essas considerações, verifica-se que 43,67 % dos estudantes analisados são de classes de baixa renda, enquanto que 15,25 % são de classe alta (classe A). A classe média aproxima-se das classes de baixa renda, com 41,07 % dos estudantes.

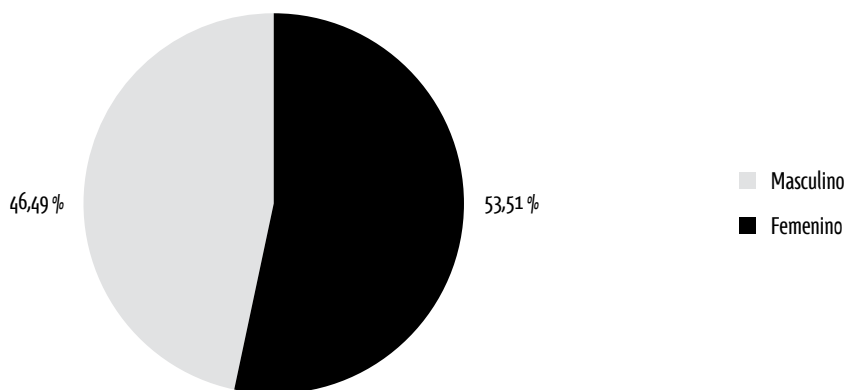
Esses dados apontam que aproximadamente metade dos estudantes das IFES demandam por assistência estudantil, pois suas famílias sobrevivem com menos de R\$ 1,459 em média para custear todas suas necessidades básicas.

O gráfico 2 analisa a proporção de estudantes do gênero masculino e feminino nas IFES. Observa-se no gráfico 2 que a quantidade de ambos os gêneros, masculino e feminino, aproximam-se, com diferença de 7,02 %. O gênero feminino possui maior quantitativo, em 53,51 %, expressando uma tendência mundial, em especial nos países desenvolvidos, do aumento da participação das mulheres nas diversas atividades sociais.



**Gráfico 1.** Classe econômica dos estudantes por renda média familiar.

Fonte: Adaptado de FONAPRACE (2011, p. 19).



**Gráfico 2.** Estudantes por gênero.

Fonte: Adaptado de FONAPRACE (2011, p. 21).

Apesar de, constitucionalmente, haver igualdade de direitos entre homens e mulheres, historicamente as mulheres são discriminadas em alguns setores sociais, e para reverter esse quadro, políticas públicas são aconselhadas. O amparo às gestantes, por exemplo, são ações que não cabem aos homens, mas que as mulheres necessitam para dar continuidade a um curso de graduação.

Na seqüência, o gráfico 3 apresenta a distribuição da faixa etária dos estudantes das Universidades Públicas Federais.

Os indicadores evidenciam que quase dois terços (73,71 %) dos estudantes estão compreendidos na faixa etária de 18 a 24 anos, período ideal para que um cidadão regular, freqüente um curso de graduação, pois ao completar a educação básica com idade de 18 anos, na seqüência deveria ingressar na educação superior.

Esses dados estão de acordo com o Plano Nacional de Educação vigente no Brasil, que estabelece que 30 % dos jovens nessa faixa etária estejam na educação superior. Políticas governamentais também são aconselhadas para os jovens compreendidos nessa faixa etária, que podem precisar de subsídios para se manterem nas instituições, em virtude de não possuírem experiência no mercado de trabalho, e dessa forma, necessitar de auxílios financeiros, de alimentação e moradia.

O gráfico 3 também indica que um terço (25,47 %) dos estudantes possuem mais de 25 anos, que por diversos motivos, ingressam tardiamente na educação superior, trocam de cursos ou reprovam.

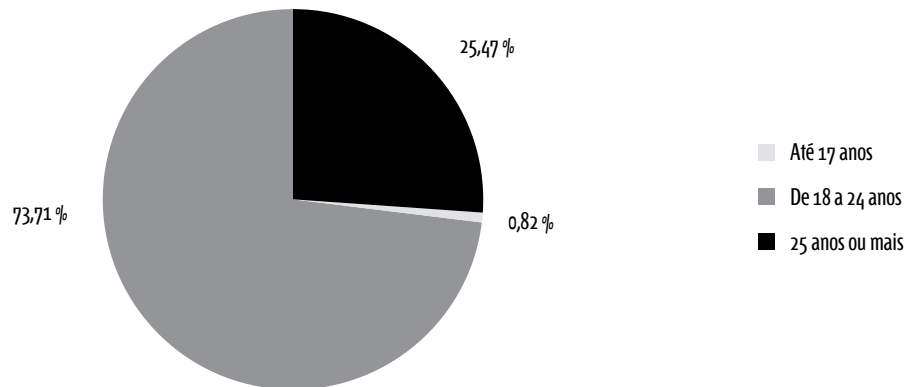
O gráfico 4, por sua vez, demonstra o percentual de estudantes das Universidades analisadas por raça, cor ou etnia.

O Brasil é um país de grande miscigenação, em virtude da participação de indígenas, portugueses e negros no contexto histórico social da colonização. Nesse contexto surgiram também os povos cuja raça, cor ou etnia é parda e amarela, decorrente de outros fatores ocorridos ao longo da história brasileira, como a imigração de europeus durante a primeira e segunda guerra mundial.

Historicamente, no entanto, os brancos dominaram as instâncias de poder econômico e social do país, e só nas últimas décadas o quadro está se invertendo. O gráfico 4 é um exemplo dessa transição, pois nas Universidades, que tradicionalmente eram dominadas pela raça, cor ou etnia branca, está dividindo espaço cada vez maior com as demais, em especial a parda, seguida da negra. Políticas governamentais recentes também vem contribuindo para acelerar uma proporção mais heterogênea, como o estabelecimento de cotas para negros e indígenas na seleção de alunos.

Ainda hoje, no entanto, os brancos são maioria, em 53,93 %. Cabe salientar que ações públicas devem se acentuar para contribuir não apenas para a entrada de mais povos não brancos, mas principalmente para sua permanência, que tende a aumentar cada vez mais.

O gráfico 5 do presente artigo apresenta o tipo de escola de ensino médio que os estudantes cursaram.



**Gráfico 3.** Faixa etária dos estudantes.

Fonte: Adaptado de FONAPRACE (2011, p. 21)

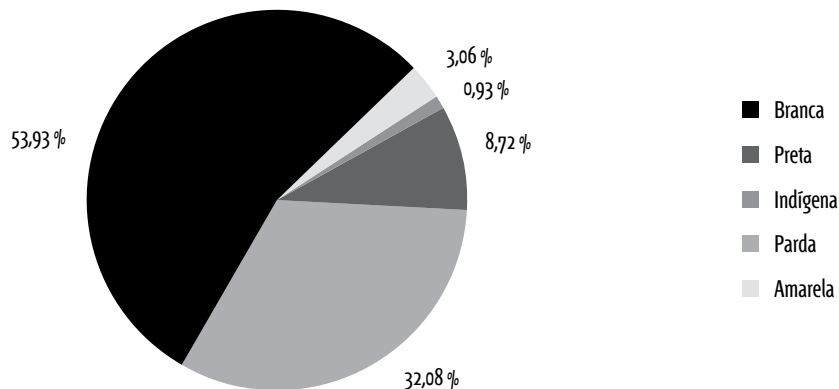
Verifica-se, pelo gráfico 5, que o percentual de estudantes oriundos somente de escolas públicas 44,81 % e somente de escolas particulares 42,36 % aproximam-se. Historicamente os estudantes de escolas particulares possuíam maior facilidade de ingresso nas Universidades em análise, no entanto, nos últimos anos esse quadro está sendo alterado, em especial pelo maior quantidade de vagas abertas nessas instituições, associadas a políticas de cotas.

Destaca-se, entretanto, que apesar desses dados nacionais evidenciarem certo equilíbrio, há muitos contrastes por regiões no Brasil, pois, na região sudeste, mais desenvolvida economicamente, ingressam mais estudantes oriundos de escolas particulares, enquanto que nas regiões norte e nordeste, menos desenvolvidos economicamente, ingressam mais estudantes oriundos de escolas públicas.

Por fim, o último dado que este artigo apresenta é o percentual de estudantes que trabalham, que de acordo com o relatório do FONAPRACE (2011, p. 28), aproxima-se a um terço 37,6 %, ou seja, essa é a proporção de estudantes que estudam e trabalham ao mesmo. Nesse sentido, os demais ou são sustentados por suas famílias, ou são subsidiados pelas instituições em que estudam, e dessa forma, políticas públicas na área se fazem importantes.

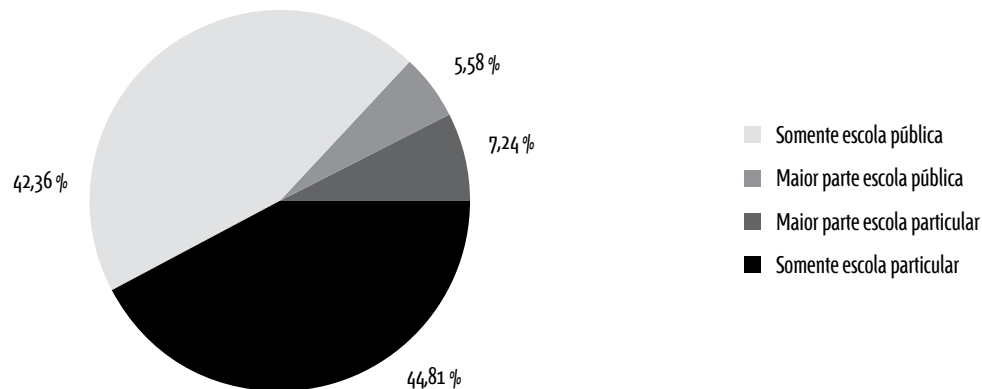
### Conclusão

O artigo evidenciou que o surgimento das Universidades no Brasil é recente, cujo número vem crescendo apenas nas últimas décadas, em especial pelas políticas de Estado recém implementadas, como o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Públicas (REUNI).



**Gráfico 4.** Percentual de estudantes por raça/cor/etnia.

Fonte: Adaptado de FONAPRACE (2011, p. 21).



**Gráfico 5.** Tipo de escola que cursou o ensino médio.

Fonte: Adaptado de FONAPRACE (2011, p. 21).

Com esse aumento, um quantitativo maior de estudantes com vulnerabilidade socioeconômica ingressaram nessas instituições, necessitando de políticas públicas singulares que permitam sua permanência nas universidades até a conclusão do curso de graduação. Dessa forma, surge, por exemplo, o PNAES, decreto presidencial que estabelece o Plano Nacional de Assistência Estudantil.

O artigo teve como foco evidenciar o perfil socioeconômico dos estudantes de graduação presencial das Universidades Públicas Federais, de modo a apresentar dados que possam subsidiar os gestores e políticos na tomada de decisões coerentes para a área. Assim, verificou-se que 43,67% dos estudantes são de baixa renda, cuja faixa etária predominante é de 18 a 24 anos, período em que muitos ainda são inexperientes no mercado de trabalho.

Dessa forma, aproximadamente dois terços dos estudantes não trabalham, significando que dessa parcela muitos necessitam de subsídios do Estado para se manterem financeiramente enquanto estudam. Outra política singular necessária é a atenção às mulheres, que representam 53,51% das estudantes, que podem precisar, por exemplo, de tratamento especial enquanto gestantes.

Por fim, o artigo evidenciou que a maioria dos estudantes brasileiros das Universidades Públicas são oriundos de escolas públicas, e muitos pertencem à raça, cor ou etnia historicamente desfavorecidas. Esses indicadores apontam a importância de maiores investimentos e atenção dos gestores para as políticas de assistência estudantil.

## Referências

- Constituição da República Federativa do Brasil*, 5 de outubro de 1988, <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>, [15/9/2011].
- Programa Assistência Estudantil (PNAES) (2010): «Decreto 7,234 (19 de julho)», PNAES, <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>, [15/9/2011].
- DRÈZE, J. y J. DEBELLE (1983): *Concepções da Universidade*, tradução de Assis Garcia e Celina Fontenele Garcia, Edições Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORIAS E ASSUNTOS DA COMUNIDADE ESTUDANTIL (FONAPRACE) (2011): «Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras», FONAPRACE, Brasília, <[http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com\\_phocadownload&view=category&id=1:nacional&download=15:perfil-dos-estudantes-das-federais\\_resumo&Itemid=102](http://www.fonaprace.andifes.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1:nacional&download=15:perfil-dos-estudantes-das-federais_resumo&Itemid=102)>, [1/10/2011].
- MARTINS, C.B. (2003): «Balanço: o papel da CAPES na formação do sistema nacional de Pós-Graduação», em M. de Moraes Ferreira y R. da Luz Moreira (org.), *CAPES 50 anos, depoimentos ao CPDOC/ FGV*, Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, Rio de Janeiro / CAPES, Brasília, pp. 294-309.
- MELO, P.A. DE (2002): «A cooperação universidade/empresa nas universidades públicas brasileiras», Doutorado em Engenharia de Produção, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.



MORHY, L. (2004): *Universidade no mundo-Universidade em questão*, Editora das Universidade de Brasília.

OLIVEIRA, J.F. DE; L. FERNANDES DOURADO Y N. CARDOSO AMARAL (2006): «Desafios e Perspectivas de uma Política para as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)», en J. Ferreira de Oliveira *et al.* (eds.), *Políticas de acesso e expansão da educação superior: concepções e desafios*, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília.

*Plano de Reestruturação e Expansão as Universidades Federais* (REUNI), Ministério da Educação do Brasil, <<http://reuni.mec.gov.br/>>, [15/9/2011].

TRIGUEIRO, M.G. (1999): *Universidades públicas: desafios e possibilidades no Brasil contemporâneo*, Editora da Universidade de Brasília.

VASCONCELOS, N. (2010): «Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil», *Revista Ensino Em-Revista*, v. 17, n.º 2, Uberlândia, jul/dez, pp. 599-616, <<http://www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/viewFile/11361/6598>>, [30/10/2011].